

- XXV -

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS CONGRESSOS DA CNTE: UMA ANÁLISE DAS POSIÇÕES NO CONGRESSO DE 2017 SOBRE O PSPN.

Andréa Barbosa Gouveia
UFPR, andreabg@ufpr.br

Naira Oliveira Marques da Silva
UFPR, nairamarques@ufpr.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa caracterizar a avaliação que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) construiu acerca da política educacional brasileira, no âmbito dos debates do Congresso da entidade realizado em 2017, dando destaque especificamente, aos pontos definidos para o plano de lutas apresentado pelas diversas forças internas. A pergunta de pesquisa é: quais os principais desafios para a política educacional identificados pelas diferenças forças/ grupos presentes no Congresso da CNTE? O objetivo aqui é mapear os impasses e os consensos presentes nas teses de cada força de forma a compreender as demandas do movimento sindical para a política educacional brasileira.

A metodologia utilizada foi análise documental das onze teses apresentadas para debate no Congresso de 2017 e as resoluções aprovadas. A análise privilegiou as proposições apresentadas como Plano de Lutas que foi categorizado em 24 temas. Neste trabalho apresenta-se o debate em torno do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Destaca-se que neste Congresso as teses foram apresentadas por 11 tendências internas ao movimento docente.

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES: DEMOCRACIA SINDICAL E CONSTRUÇÃO DE POSIÇÕES COLETIVAS

A organização dos trabalhadores em entidades sindicais é amplamente discutida na literatura de ciências humanas, entre as características das organizações sindicais o debate

sobre a burocratização dos sindicatos e as possibilidades de democracia interna são temas recorrentes. A ideia de democracia interna nas estruturas sindicais tem suporte por exemplo em Lipset (1967) que discute os desafios de organizar democraticamente uma instituição privada destacando a necessidade de espaço para informações entre os grupos internos³², necessidade de rotatividade de lideranças, entre outros aspectos.

A análise dos sindicatos de professores no caso brasileiro precisa considerar que estas estruturas sindicais são relativamente recentes, pois os servidores públicos só puderam organizar-se em sindicatos a partir da Constituição de 1988, e, ainda que a estrutura sindical privada brasileira seja marcada pelo controle do Estado nos termos da CLT, os sindicatos de servidores públicos, e portanto aí se enquadram os sindicatos dos trabalhadores em educação do setor público, se organizam com parâmetros mais livres (GINDIN e FERRAZ 2014).

O reconhecimento de que as organizações sindicais não são monolíticas significa considerar que as posições que tais organizações defendem são resultado de processos internos de construção, negociação e decisão. As possibilidades internas de participação da base nos processos de decisão, assim como o grau de circulação das informações nos termos de Lipset podem conformar estruturas mais ou menos democráticas.

No caso aqui em análise o material empírico se refere a uma estrutura nacional da organização sindical brasileira. Os trabalhadores em educação estão organizados em sindicatos de base municipal, intermunicipal ou estadual (GOUVEIA, 2018) e estes sindicatos compõe confederações que reúnem as entidades sindicais. A CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação reúne 52 entidades sindicais. A Confederação reúne-se em Congressos Nacionais periodicamente, e, nestes congressos define o diagnóstico sobre os problemas e aprova o plano de lutas que organiza a ação nacional e local no período subsequente. A CNTE deriva sua organização da CPB, mas está organizada como entidade sindical desde 1990 tendo realizado 33 congressos.

O PSPN COMO CONSENSO DAS TENDÊNCIAS INTERNAS

O mapeamento das teses apresentadas pelas diferentes tendências internas no Congresso da CNTE permitem evidenciar a abrangência do debate para construção tanto de posições corporativas, no sentido estrito de defesa da categoria dos trabalhadores em educação, mas principalmente, evidenciam o contexto de debates sobre o modelo econômico

³² O autor chama os grupos internos de facções, no movimento sindical brasileiro o termo comum é tendências.

para o país, as condições de proteção aos trabalhadores em geral e a formulação de políticas públicas, em especial para educação.

O recorte sobre o tema do PSPN justifica-se aqui pela centralidade de tal discussão na defesa da valorização dos professores e na ação dos sindicatos filiados à CNTE. A ideia de Piso Salarial estava prevista originalmente no artigo 206, porém apenas com a Emenda Constitucional 53 de 2006 ele ficou definido como um piso salarial profissional nacional e, é nesta emenda também que se explicitou a necessidade de lei complementar para regulamentar o dispositivo. A Lei 11.738 regulamentou os termos para a efetivação do PSPN com definição do valor, condições de atualização anual de valores e composição da jornada, porém no primeiro momento foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (FERNANDES e RÓDRIGUES, 2011), tanto o enfrentamento do debate no Supremo Tribunal Federal quanto o processo de disputa local para a implementação, depois de vencida a ADIN, demandaram ampla mobilização sindical.

Em 2017 o tema da implementação do PSPN e do seu alargamento são bastante evidentes nas teses das 11 tendências presentes no Congresso da CNTE, o que pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1: Síntese das Propostas sobre o PSPN nas teses apresentadas ao 34º Congresso da CNTE – 2017

Tese	Propostas em relação ao PSPN		
Movimento Socialista	Lutar para a implantação do Piso Profissional Nacional dos Professores como vencimento inicial das carreiras e a garantia dos 33% de hora atividade em todos os estados e municípios.(CNTE pág 15)	Lutar para que reajuste do Piso Profissional Nacional dos professores seja garantido conforme a lei e impedir as tentativas de mudanças.(CNTE pág 20)	Lutar para a implementação do Piso Salarial Nacional para os funcionários da educação.(CNTE pág 20)
Articulação de Esquerda Sindical	Lutar para que a União assuma, junto com Estados e Municípios, a responsabilidade para o pagamento do reajuste do Piso Salarial Nacional dos Profissionais da Educação através de repasse de recursos, numa política unificada de valorização desses profissionais. Pelo cumprimento na totalidade da lei nacional de piso, incluindo aí o limite dos 2/3 de jornada em sala de aula.(CNTE pág 36)		
CUT	Cumprimento da lei do piso na íntegra, na questão salarial e jornada de trabalho(CNTE pág 41)		
O Trabalho	Intensificar nacionalmente a luta pelo Piso nacional.(CNTE pág 48)		
Corrente Proletária	NÃO SE REFERE ESPECIFICAMENTE AO PSPN		
MLS	Implementação do Piso Nacional nos estados, rumo ao piso Dieese para professores e funcionários.(CNTE pág 108)		
CSP Conlutas	Imediata aplicação do Piso Salarial Nacional, rumo ao Piso do DIEESE (p. 70)	Por um piso Salarial Nacional para os funcionários de escola.(CNTE pág 70)	
Causa Operária	Piso salarial de R\$ 5mil para os professores para um máximo de 20 h semanais (p. 114)		
CSD	A articulação pela pauta central que é manutenção e,quando for o caso,a instituição do piso e carreira para os (as)profissionais da educação,em ações nacionalmente articuladas.(CNTE pág 130)		
Intersidical	Resistir: aos ataques ao Piso Salarial Nacional, aos planos de carreira, à gestão democrática das escolas (p.149)		
CTB	Valorização dos profissionais da educação: programa de formação inicial e continuada, plano de carreira, jornada e piso salarial profissional nacional (p. 164)		
Resolução aprovada em 2017	Manter a luta pela implantação imediata e integral da lei 11.738 e mobilizar a categoria pela regulamentação do piso salarial e das diretrizes de carreira para todos os profissionais da educação.		

Fonte: CNTE (2017)

As posições apresentadas acerca deste tema evidenciam uma grande coalização em torno da pauta referente ao PSPN, o que seria esperado considerando a trajetória do debate na CNTE. Cabe destacar que apenas uma das tendências não se refere ao tema, nas demais há alguns nuances nas posições: resistência aos ataques ao PSPN, dada a mudança na conjuntura brasileira; posições de alargamento do PSPN em termos de cobertura de profissionais, montante e jornada; até posições de alargamento da concepção do PSPN, indicando a ideia de Piso Salarial Nacional do DIEESE, que tem articulação mais com uma regra trabalhista geral do que profissional. Por fim, o quadro 1 informa que a formulação aprovada incorpora a ampliação dos profissionais protegidos pela ideia de PSPN, propondo um piso para todos os profissionais da educação e reafirma a necessidade de defesa de sua implantação imediata.

Analisar as diferentes posições no debate interno sobre o PSPN evidencia um processo coletivo de disputa e construção coletiva da agenda sindical que pode colaborar com a democracia interna de uma organização privada como a sindical. Certamente o tema da democracia é mais complexo, porém propõe-se aqui uma aproximação a partir da análise das possibilidades de convivência de proposições diferentes no âmbito do Congresso da entidade sindical.

REFERÊNCIAS

CNTE 33º Congresso Nacional da CNTE. Paulo Freire: Educação Pública, Democracia e Resistência. Brasília: CNTE, 2017.

LIPSET, S. M. O processo político nos sindicatos. In: LIPSET, S. M. O homem político. ZAHAR: Rio de Janeiro, 1967.

FERNANDES, M D E.; RODRÍGUEZ, M V. O processo de elaboração da Lei N. 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para a carreira e remuneração docente): Trajetória, Disputas e tensões. Revista HISTEDBR On-line, v. 41, p. 88-101, 2011.

FERRAZ, M. A. S.; GINDIN, J. . Sindicalismo Docente no Governo Lula: desafios, protagonismo e fragmentação. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M.. (Org.). O Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, v. , p. 283-303.

GOUVEIA, A. B.. Relatório final de pesquisa. Sindicalismo Docente e o Piso Salarial Profissional no Estado do Paraná ? um panorama. Produtividade em Pesquisa -2014.